

ESTADOS UNIDOS, CHINA & A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO ATLÂNTICO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Guilherme Sandoval Góes*

Bruno Bahiense de Albuquerque e Silva**

RESUMO

O petróleo mantém-se como o principal combustível na matriz energética mundial, embora estudos de renomados centros de pesquisa previssessem o pico de produção e a depleção das reservas globais para o início deste novo século. Assim, o início do século XXI suscitou, no Sistema Internacional, amplo debate frente às crescentes demandas de combustíveis fósseis. As recentes descobertas de enormes jazidas de petróleo no Atlântico Sul despertaram o interesse das grandes potências, especialmente para os EUA e a China, ao mesmo tempo em que dinâmicas de securitização dessa fonte de energia desenvolvem-se em ambas as margens do Atlântico Sul. Este trabalho buscou identificar quais as consequências advindas das descobertas, no início do século XXI, das enormes jazidas de petróleo no Atlântico Sul; em especial para o relacionamento entre os EUA e a China; quais iniciativas e ações destes dois Estados; e colocar em foco qual o papel dessa região no alvorecer do novo século. No entanto, para a realização das análises deste estudo utilizou-se da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança da Escola de Copenhague. Percebe-se que o Atlântico Sul ganhou nova relevância neste início de século, em função não só da descoberta de novas jazidas, mas também pela alteração dos fluxos marítimos de petróleo, assim como pela presença da China neste oceano, visto que, anteriormente, era uma zona de influência exclusiva dos EUA e de seus parceiros europeus.

Palavras-chave: Estados Unidos. China. Atlântico Sul. Geopolítica do Petróleo. Complexos Regionais de Segurança.

* Capitão de Mar e Guerra (RM1), Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Ciência Política e de Direito Constitucional da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estácio de Sá, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Membro da Academia Brasileira de Estudos Estratégicos e Professor de Geopolítica e Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação da Universidade da Força Aérea. Atualmente desempenha a função de Chefe da Divisão de Assuntos Geopolíticos e de Relações Internacionais da Escola Superior de Guerra. Contato: <guilherme.sandoval@terra.com.br>.

** Capitão de Fragata (IM), Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval, possui diplomas de Pós-graduação em: Defesa pela Escola Superior de Guerra (Curso de Estado-Maior Conjunto), Planejamento pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, e de Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, obtidos após a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento Avançado em Planejamento e Finanças. Atualmente desempenha a função de Chefe de Departamento na Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM). Contato: <bahiense@dabm.mar.mil.br>.

UNITED STATES, CHINA AND THE GEOPOLITICS OF PETROLEUM IN SOUTH ATLANTIC: AN ANALYSIS FROM THE RSC THEORY PERSPECTIVE

ABSTRACT

Oil still remains the chief fuel in the global energy matrix, although studies of renowned research centers predicted that the peak production and depletion of global reserves to be close, in the beginning of this new century. Thus, 21st Century raised large front debate about the growing demands of fossil fuels. The recent discoveries of huge oil deposits in the South Atlantic aroused the interest of the great powers, especially the USA and China, at the same time dynamic securitization of this source of energy are developed on both sides of the South Atlantic. This study aims at identifying the resulting consequences of the discoveries in the early twenty-first century, of those enormous deposits of oil in the South Atlantic; in particular concerning the relationship between the USA and China; which initiatives and actions that both states have taken; and analyse the role of this region in the dawn of the new century. However, for the analysis of this study we used the Theory of Regional Security Complex of the Copenhagen School. It is worth noticing that the South Atlantic has gained new relevance in this century, not only due to the early discovered deposits, but also to the change of maritime oil flows as well as by China's presence in this ocean, that used to be a zone of exclusive influence of the USA and its European partners.

Palavras-chave: United States. China. South Atlantic. Oil Geopolitics. Regional Security Complex.

ESTADOS UNIDOS, CHINA Y LA GEOPOLÍTICA DEL PETRÓLEO EN EL ATLÁNTICO SUR: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA DE LOS COMPLEJOS REGIONALES DE SEGURIDAD

RESUMEM

El petróleo sigue siendo el principal combustible en la matriz energética mundial, aunque estudios de renombrados centros de investigación predijeron el pico de producción y el agotamiento de las reservas mundiales para el inicio de este nuevo siglo. Por lo tanto, en el comienzo del siglo XXI empezó, en el Sistema Internacional, amplio debate frente a las crecientes demandas de los combustibles fósiles. Los recientes descubrimientos de gigantescos depósitos de petróleo en el Atlántico Sur atrajeron el interés de grandes potencias, especialmente los EE.UU. y China, al mismo tiempo en que procesos de titulación de esta fuente de energía se desarrollan en ambos lados del Atlántico Sur. Este estudio se propone a identificar las consecuencias que se derivan de los descubrimientos de esos enormes depósitos de petróleo en el Atlántico Sur; en particular a la relación entre los EE.UU. y China; las iniciativas y acciones de ambos estados; y poner de relieve el papel de esta región

en los albores del nuevo siglo. Sin embargo, para los análisis de este estudio se utilizó la Teoría de los Complejos Regionales de Seguridad de la Escuela de Copenhague. Se da cuenta de que el Atlántico Sur ha adquirido una nueva relevancia en este siglo, dependiendo no sólo de los descubrimientos de nuevos depósitos, sino también por el cambio del flujo comercial marítimo de petróleo, así como por la presencia de China en este océano, mientras que anteriormente era una zona de influencia exclusiva de los Estados Unidos y sus aliados europeos.

Palavras-clave: Estados Unidos. China. Atlântico Sur. Geopolítica del Petróleo. Complejos Regionales de Seguridad.

1 INTRODUÇÃO

A ordem geopolítica mundial vem sofrendo transformações paradigmáticas desde o fim da Guerra Fria, seja pela nova dinâmica das relações internacionais que o fim do arquétipo bipolar gestou, seja pela aceleração do fenômeno da globalização regida pela doxa neoliberal.

Vive-se a era da desordem mundial, tão bem esgrimida por Luiz Alberto Moniz Bandeira quando destaca que a “Ciência Política necessita estudar a ontogênese do Estado, no processo da opressiva acumulação do poder capitalista, que não apenas se nega, (...), mas igualmente anula a negação, ao longo da história e da evolução da economia mundial”. (BANDEIRA, 2016, p. 24). Com efeito, é preciso examinar o desenvolvimento do espectro de dominação dos centros mundiais de poder desde a fecundação até sua maturidade plena, numa espécie de “ontogênese geopolítica” das estruturas hegemônicas de poder mundial pós-1989.

De fato, desde o fim da Guerra Fria, a História da humanidade já vivenciou, em curtíssimo espaço de tempo, grandes momentos de ruptura paradigmática da ordem geopolítica mundial, tais como a queda do Muro de Berlim (1989), a queda das Torres Gêmeas (2001), a crise liberal financeira do sistema internacional (2008) e, mais, recentemente, a tentativa de desconstrução da globalização a partir da postura neonacionalista de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, principal fator real de poder da globalização (2017).

De tudo se vê, por conseguinte, a ordem geopolítica mundial passou de um contexto de bipolaridade de alta previsibilidade estratégica para um cenário pós-moderno, fluído, volátil, incerto, imprevisível, complexo, cuja trajetória de evolução já percorreu diferentes arquétipos de relações internacionais, encontrando-se, atualmente, em processo de construção, com uma forte tendência à multipolaridade regida pela democracia cosmopolita. Com efeito, trata-se, indubitavelmente, de novel contexto geopolítico que já não conta mais com o equilíbrio bipolar gestado pela disputa da supremacia entre duas grandes superpotências de mesmo “calibre cratológico”, vale dizer, da mesma capacidade de exercer poder pela força, quais sejam, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS).

De fato, predomina, nos dias atuais, a desordem mundial eivada de antinomias ligadas a uma declinante predominância geopolítica dos EUA, até então a única superpotência remanescente da Guerra Fria, mas que, agora, coloca-se, lado a lado, com a ascensão do poder mundial chinês. Tal perspectiva mundial cria um cenário de disputa entre a tríade capitalista (Estados Unidos, União Europeia e Japão) e a China em praticamente todas as expressões do poder nacional, daí nossa preocupação com a análise da questão energética e, mais, precisamente, da geopolítica do petróleo no Atlântico Sul.

Com efeito, há que se reconhecer que o cenário internacional do atual momento histórico não permite tanto entusiasmo no que diz respeito à consolidação de um mundo efetivamente multipolar, calcado no projeto axiológico kantiano de paz perpétua e garantia dos direitos humanos em escala planetária.

Ou seja, nem estamos vivendo sob o jugo da unipolaridade geopolítica de pax americana e nem sob a ordem mundial multipolar de democracia cosmopolita kantiana. É por tudo isso que, sob tal ótica, advoga-se a tese de que é preciso fixar três grandes variantes do cenário mundial pós-moderno, em cujo seio se misturam as dimensões militar, econômica e geopolítica. Com isso, queremos destacar que as principais características da ordem internacional contemporânea são as seguintes:

- a) cenário militarmente unilateral (incontestemente hegemonia norte-americana);
- b) contexto economicamente tetradimensional (Estados Unidos, União Europeia, China e Japão); e
- c) ordem geopoliticamente multipolar (mundo pós-americano e ascensão das potências emergentes: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, permeada pelo choque de civilizações de Samuel Huntington).

Com o desmoronamento da ex-URSS, há que se admitir que o desfazimento do condomínio geopolítico mundial abriu caminho para um contexto internacional que é, a um só tempo, militarmente unilateral, economicamente tetradimensional e geopoliticamente multipolar.¹

No entanto, a ordem mundial contemporânea vive momentos inéditos de reação anti-hegemônica ao poder global do triângulo neoliberal, e.g., entraves colocados pelo G-20 Comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a radicalização e expansão do terrorismo religioso e a barbárie do Estado Islâmico, a constituição de estruturas anti-hegemônicas de poder nos BRICS (para fazer face ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional), a descoberta do Shale gas nos Estados Unidos e as iniciativas de controle de preços do petróleo, o jogo de forças entre o G7 da velha ordem mundial e o G20 da era pós-moderna,

1 Ao longo desse tempo todo, novas estruturas hegemônicas de poder foram sendo construídas com o fito de acelerar a globalização neoliberal patrocinada pela tríade capitalista do poder mundial. É nesse sentido que surgiram as iniciativas da OMC, NAFTA, ALCA, APEC e agora, mais recentemente os grandiosos arranjos multilaterais de escala hemisférica (TPP: Parceria Transpacífica e TTIP: Parceria Transatlântica).

os movimentos antiglobalização, agora reforçados, com a polarização interna e externa da Era Trump. Enfim, de tudo se vê a complexidade da pós-modernidade geopolítica.

De fato, é preciso examinar a reconfiguração da ordem mundial no século XXI para poder compreender melhor o papel geopolítico no Brasil no contexto do Atlântico Sul, espaço geográfico, objeto de disputas entre as duas maiores potências globais da atualidade, quais sejam EUA e China. A evolução da ordem geopolítica mundial pós-Guerra Fria é extremamente dinâmica, valendo destacar seu rápido perfil de mutação, desde os seus primórdios com o fim do sistema bipolar de poder, em 1989, perpassando-se pelo paradigmático evento de 11 de setembro de 2001 e pela crise liberal do sistema financeiro de 2008, até, finalmente, chegar-se ao contexto atual, cuja arquitetura cratológico-estratégica é o retorno ao antigo conceito do “America First”, paradigma que vigorou nos EUA desde os anos trinta até o início dos anos quarenta e que afastava os EUA da Guerra na Europa, dentro de um quadro maior de isolacionismo estratégico em relação ao resto do mundo.

“Make America great again” é o símbolo dessa perspectiva estratégica isolacionista que polariza internamente a sociedade estadunidense, ao mesmo tempo em que ameaça o sistema democrático do mais poderoso Estado Democrático de Direito do planeta. No campo externo, “Make America great again” simboliza o abandono do tradicional paradigma do domínio global a partir da tríade capitalista (EUA, União Europeia e Japão), em vigor desde a Conferência de Bretton Woods, em 1944 e sua substituição pelo paradigma isolacionista da década dos trinta, de fomento da industrialização no espaço nacional.

Com efeito, no momento em que o mundo é varrido por uma inesperada onda conservadora antiglobalizante trumpiana, é inexorável que os Estados nacionais fiquem preocupados com as novas regras do jogo geopolítico mundial conduzido pela maior potência do globo terrestre. Nasce um novo paradigma, que ainda se encontra em construção, sendo certo, porém, destacar que já não vigora mais a lógica neoliberalizante da Estratégia de Engajamento e Expansão de Bill Clinton (denominada originariamente de “National Security Strategy of Engagement and Enlargement”) no âmbito da geopolítica de poder hegemônico dos EUA. Tal paradigma pode ser vislumbrado como sendo a primeira fase da era pós-moderna, vigorando desde a queda do Muro de Berlim (1989) até a queda das Torres Gêmeas (2001).

Da mesma forma, é inexorável compreender que o modelo estratégico pós-ataque terrorista de 11 de Setembro, focado, com maior intensidade, na assim denominada pax americana, cujos pilares de sustentabilidade foram a Doutrina Bush e a Guerra Antiterror, também já não reina soberana no seio da comunidade estratégica estadunidense. Tal paradigma estratégico teve vida curta (2001 até 2008), mitigado que foi pela grave crise liberal financeira internacional de 2008. Destarte, é correto afirmar que a segunda fase da ordem mundial pós-moderna

teve vida curta, vale explicitar: durou de 2001 (queda das torres gêmeas) até 2008 (crise liberal financeira).

Já a terceira fase da ordem mundial pós-moderna, também entra em declínio com a posse de Donald Trump, em 20 de fevereiro de 2017. Tal fase foi a resposta do estrategista estadunidense para enfrentar a crise liberal-financeira de 2008, valendo destacar a retomada do welfarismo estadunidense - de inspiração no New Deal de 1938 -, cujos exemplos paradigmáticos de intervenção do Estado nas relações privadas foram as regras do Programa Social "ObamaCare" e a ajuda financeira de mais de 50 bilhões de dólares para empresa automobilística em crise de competitividade no cenário global.

Finalmente, a nomeação de Donald Trump, no dia 20 de fevereiro de 2017, inaugura uma nova fase da era pós-moderna, ainda em construção, mas, que projeta indubitavelmente o retorno à Era do "America First".

Tal paradigma - "America First" - desenvolve-se sob a égide de uma ordem mundial em trânsito para a multipolaridade em detrimento da pax americana. Com rigor, o que é importante que se compreenda é que o paradigma estratégico de Trump é a resposta estrategicamente adequada para fazer face aos grandes movimentos anti-hegemônicos vivenciados dentro de uma perspectiva de ordem mundial multipolar, na qual não há controle direto dos EUA e dos seus dois aliados liberal-capitalistas. Em termos simples, a nova Era, que Donald Trump inaugura visa, especialmente, enfrentar a ascensão geopolítica da China, em todos os quadrantes do globo terrestre. Eis aqui, mais uma vez, caracterizada a disputa entre EUA e China pelo controle da evolução da ordem geopolítica mundial do tempo presente, o que evidentemente não exclui o espaço geopolítico atrelado ao Atlântico Sul, daí a preocupação em examinar as recentes descobertas de enormes jazidas de petróleo nesse espaço geográfico e o interesse que despertam nas grandes potências, especialmente os EUA e a China.

Todas essas questões podem e devem ser agrupadas sob a égide de um pós-modernismo geopolítico, cuja principal característica é a ideia-força de que o território do Estado já não é mais símbolo absoluto de lebensraum (espaço vital) na delimitação das fronteiras nacionais. Na contemporaneidade, já não se quer mais conquistar territórios, mas, sim, mercados e mentes. Em consequência, a estatalidade pós-moderna passa a ser identificada com o axioma: abrir novos mercados e conquistar corações e mentes (massificação por estruturas eficazes de marketing). Observe, com atenção, que a Era Trump navega na contramão dessa agenda neoliberal, que deslocava para a centralidade da agenda das relações internacionais, a temática referente ao enfraquecimento da soberania do Estado-Nação em função da atuação de agentes supraestatais e infraestatais. Na pós-modernidade geopolítica, tanto a dimensão territorial da economia, quanto a dimensão ambiental do Estado transcendem os limites geográficos do paradigma tradicional kelseniano de impenetrabilidade da ordem jurídica nacional.

É nesse sentido que o presente trabalho pretende examinar a geopolítica do petróleo no Atlântico Sul, com o propósito de compreender melhor o papel do Brasil nesse mundo em transição para a multipolaridade e, em especial, as consequências para o País decorrentes da complexa equação geopolítica da matriz energética mundial e suas diferentes crises. É preciso identificar a questão da segurança regional atrelada ao Atlântico Sul e sua atual relevância neste início de século, em função não só da descoberta de novas jazidas, mas também pela alteração dos fluxos marítimos de petróleo, assim como pela presença da China neste oceano, visto que, anteriormente, era uma zona de influência exclusiva dos EUA e seus parceiros europeus, daí a necessidade de investigar, também, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.

A ordem mundial fora abalada, em um passado recente, por duas crises do petróleo (Choques do Petróleo de 1973 e 1979-80), fato que “per se” denota a importância desse recurso. Desde a última década do século passado e no alvorecer deste novo século, já se constata que algumas disputas, anteriormente manifestas de forma latente ou estável, foram intensificadas nas seguintes áreas: marítimas; aeroespacial; biodiversidade; fontes de água doce; e energética.

Nesse cenário, tem-se verificado mudança de abordagem acerca da Segurança Energética por parte dos Estados, tendo sido elevada sua prioridade na agenda política internacional, com reflexos diretos na dinâmica de securitização desse tema (OLIVEIRA, 2007). Essa “crise energética”, fruto da atual composição da matriz energética mundial calcada em cerca de 85% de energia não renovável, impulsionou as grandes potências a buscarem o controle da exploração e/ou produção de fontes de energia, fósseis ou renováveis, seja nos seus próprios territórios, seja no de outros Estados. Tal situação pressupõe a existência de interesse de outros Estados nas grandes reservas de hidrocarbonetos, recentemente descobertas nas costas, bem como em território, do Brasil e da África.

Assim, faz-se necessário reanalisar, com um foco mais aprofundado, o Atlântico Sul e sua rotulação como região periférica, tanto do ponto de vista dos fluxos comerciais, quanto das temáticas geopolíticas e geoestratégicas, ou mesmo sob a ótica do campo de Estudos de Segurança Internacional (COSTA, 2012; PENHA, 2011; REYES, 2009; SILVA, 2014; VAZ, 2011). A aparente placidez do Atlântico Sul se desfaz no cenário atual. “Nunca é demais lembrar que as escolas geopolíticas do fim do século XIX ou os estudos continuados ao longo do século XX sempre atribuíram ao subcontinente América do Sul e ao continente africano o papel de reservas estratégicas para as potências dominantes” (REIS, 2013, p. 495).

Faz-se mister registrar que a Política Nacional de Defesa (PND) deixa patente a importância estratégica para o Brasil, não só do Atlântico Sul, como do Entorno Estratégico que o suplanta, conforme apresentado abaixo:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um **entorno estratégico** que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (Brasil, 2013a, Item 4.1, **grifo nosso**).

A relevância do Entorno Estratégico atribuída à Política citada, é reiterada por meio da Estratégia Nacional de Defesa (END) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Esses dois documentos orientam e determinam as ações a serem empreendidas.

Dentre essas, para esta pesquisa, destacam-se: “estreitamento da cooperação entre os países da América do Sul e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro” (BRASIL, 2013a, p. 28, grifo nosso); e “A proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África tem significado estratégico para o País. É mais um fator no sentido de consolidar laços de cooperação no Atlântico Sul.” (BRASIL, 2013b, p. 51).

Fruto da relevância atribuída ao entorno estratégico brasileiro, confirmada nos documentos políticos citados, este trabalho tem por propósito identificar quais as consequências advindas das descobertas, no início do Século XXI, das enormes jazidas de petróleo no Atlântico Sul; destacar os principais atores; quais iniciativas e ações desses; e colocar em foco qual o papel dessa região no alvorecer do novo século.

Figura 1 – Representação do Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: ROCHA (s/d) *apud* SIMIONI, 2014, p. 24.

Constata-se, conforme a visualização da figura 1, a enorme extensão do espaço onde o Brasil deseja projetar influência. Contudo, este estudo limitar-se-á a analisar a área do Atlântico Sul, compreendida pela região entre a costa da América do Sul e a costa ocidental da África, delimitada ao norte pelo paralelo 16º N, ao sul pela Antártica. Excluir-se-á o Mar do Caribe e o “continente gelado”.

Este trabalho tem por propósito identificar quais as consequências advindas das descobertas, no início do século XXI, das enormes jazidas de petróleo no Atlântico Sul; em especial para o relacionamento entre os EUA e a China; quais iniciativas e ações destes dois Estados; e colocar em foco qual o papel dessa região no alvorecer do novo século.

O norte das análises subsequentes é a busca por resposta à questão: “Qual(is) o(s) impactos da descoberta de reservas de petróleo nas águas do Atlântico Sul, tendo por base a postura adotada pelos EUA e China, no início do Século XXI, e do início de sua exploração sobre a Segurança e Defesa do Entorno Estratégico brasileiro?” Serão, também, identificadas e analisadas como essas grandes potências exercem influência econômica, político-diplomática e/ou militar no Atlântico Sul, bem como nos principais países produtores lindeiros a esse oceano.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Segurança Internacional e Securitização

Para fundamentar as análises desta pesquisa, a explicitação de conceitos e categorias analíticas do campo teórico da área de Estudos de Segurança Internacional (ESI) se faz imprescindível. Tomar-se-á por base a produção dos autores da Escola de Copenhague – principalmente Barry Buzan e Olé Waever – para balizar análises subsequentes. Relewa registrar que o fator determinante para a escolha dessa Escola consiste no aspecto central da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) de Buzan e Weaver (2003), segundo a qual os problemas de segurança devem ser estudados num nível de análise regional.

Há diversas conceituações sobre o que se entende por estado de “segurança”. Contudo, tanto a Segurança Nacional, quanto a Segurança Internacional, estão, ambas, usualmente posicionadas em um patamar acima do debate político tradicional (OLIVEIRA, 2007). Para Buzan, Waever & Wilde (1998), “segurança” é um *locus* de decisão que suplanta as regras e processos normais da política.

O conceito de securitização revela um processo que abrange diferentes tipos de atores securitizadores, com participações direta ou indireta. Atua sobre diferentes objetos da securitização. O objeto da securitização deve ser entendido como “aquele cuja existência ou integridade é considerada ameaçada, demandando de forma relativamente legítima, a implementação de medidas de proteção” (OLIVEIRA, 2007, p. 32-33). Neste estudo, o objeto de referência principal

é o acesso ao petróleo dos principais países exportadores desta *commodity*, no Atlântico Sul.

O conceito de CRS enunciado por Barry Buzan e Olé Waever pode ser entendido como um conjunto de Estados com problemas securitários semelhantes ou comuns e que possuem uma interação relativamente ampla no campo da segurança (2003, p. 40-45).

Os CRS podem, de acordo com os padrões de relacionamento entre as unidades de uma região, ser classificados quanto à sua “Construção Social”, que é pautada por padrões duráveis de amizade ou inimizade. Assim, dependendo dessa característica de relacionamento entre os Estados, os CRS são classificados em três tipos: *i*) formações conflitivas; *ii*) regimes de segurança; e *iii*) comunidades de segurança (BUZAN; WAEVER, 2003).

A teoria dos CRS que é fruto da combinação, por um lado, da influência da estrutura anárquica do Sistema Internacional (SI) e as consequências do equilíbrio de poder entre as unidades de seu complexo, e de outro da interdependência dos atores desse mesmo complexo, admite, a ocorrência de três possíveis fenômenos inerentes à estrutura: Manutenção do seu *status quo*; Transformação Interna; e Transformação Externa (BUZAN; WAEVER, 2003 p. 53-54).

Convém registrar que Buzan e Waever (2003), sob o prisma da interdependência regional da segurança, apresentam dois mecanismos que podem ser impetrados pelas grandes potências na interação entre os níveis global e regional, resultando em consequências negativas sobre a dinâmica dos CRS: a penetração; e a sua forma mais “invasiva”, a sobreposição.

A questão central que se coloca agora é saber se seria estrategicamente adequado para o Brasil aceitar essa ideia de securitização do espaço regional do Atlântico Sul, sob a égide de uma potência global, seja o Estado norte-americano, seja o Estado chinês?

Pergunta-se: não seria melhor para o Brasil afastar a influência de qualquer uma dessas duas grandes potências globais e, em postura autônoma, construir um sistema de segurança regional próprio contando apenas com os países lindeiros do Atlântico Sul? ²

Com efeito, é importante demonstrar que a teoria de Buzan e Waever apresentaria também limitações no estudo da segurança regional do Atlântico Sul,

2 É preciso, pois, vislumbrar a questão do “efeito transbordamento” do Complexo de Segurança da OTAN, que pode incidir sobre o Atlântico Sul a partir da predominância cêntrica dos EUA, ou seja, o efeito transbordamento da OTAN sobre o Complexo de Segurança Sul-atlântico, com interferência direta do hegemom EUA. Seriam tais complexos regionais de segurança mutuamente exclusivos? Ou não? Seria correto afirmar que o CRS do Atlântico Sul seria do tipo padrão, no qual não há presença de uma potência global, sendo o poder definido em termos de polaridade regional? Ou seja, diferentemente do tipo centrado, qualquer que seja a sua vertente, a dinâmica regional sul-atlântica pode prescindir de um modelo centrado (potência global, superpotência, centrado em instituições)?

da mesma forma que apresentou na análise feita para a América do Sul. É nesse diapasão que se pretende comprovar que a Teoria dos CRS não se aplica totalmente ao contexto sul-atlântico (da mesma forma que não se aplica totalmente ao contexto regional sul-americano), na medida em que uma estrutura de regionalismo de cunho securitário, na qual Estado extrarregional tenha a capacidade de determinar a dinâmica de cooperação regional a ser seguida pelos demais membros desse complexo regional de segurança, não é estrategicamente adequado para uma potência média, como é o caso do Brasil, pela nítida violação aos princípios westphalianos da soberania e da balança de poder.

É preciso, pois, avaliar criticamente a capacidade explicativa da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança para a Região do Atlântico Sul, muito próxima da Região da América do Sul, em termos de dinâmicas geopolíticas regionais próprias.³

Sem nenhuma dúvida, o uso do modelo descritivo dessa Teoria é imprescindível, porém, insuficiente para a consolidação de um Complexo Regional de Segurança Sul-Atlântico consoante o papel geopolítico brasileiro na era da multipolaridade de escopo global. A dinâmica de segurança sul-atlântica qualifica-se em diferentes graus de cooperação/conflito, polaridade/polarização, porém, num “continuum” geopolítico que desagua na ZOPACAS e na Cooperação SUL-SUL. O Brasil em seu contexto regional tem padrões de conflito mitigados, que em muito contribuem para consolidação de Complexos Regionais de Segurança verdadeiramente autóctones. Mesmo em áreas sensíveis como a energia, inclusive a nuclear, as dinâmicas de conflito intrarregional são atenuadas, favorecendo a cooperação e a integração não apenas no Atlântico Sul, mas, também, na própria América do Sul. É nesse diapasão que cresce de importância a liderança regional do Brasil, nos dois contextos em apreço.

Com efeito, um estudo mais detalhado da geopolítica brasileira vai evidenciar a inadequação de classificar a polaridade regional como sendo uma multipolaridade. Nesse sentido, é indubitável a predominância cêntrica brasileira em todas as dimensões do poder nacional dentro do contexto sul-atlântico e sul-americano. É por tudo isso que ganha relevância a iniciativa brasileira de assumir claramente o

3 E mais: dentro de uma estrutura anárquica, como parece ser o caso do Atlântico Sul, na qual não há uma potência global dominante, seria estrategicamente adequado para o Brasil a criação de estrutura básica de um CRS definido por relações de distribuição de poder (polaridade) de penetração de hegemon regional (Estados Unidos da América, mais que um hegemon regional, mas, um verdadeiro hegemon global), com controle pleno da agenda da integração e das alternativas/iniciativas regionais a seguir? Eis aqui o arcabouço analítico que se faz necessário ao estudioso das relações internacionais do Brasil, percebendo, com olhos de ver, que a teorização de Buzan e Wæver, embora de fundamental importância nos dias atuais, apresenta algumas limitações geopolíticas no que tange ao complexo regional de segurança do Atlântico Sul. Não convém embarcar, acriticamente, em teorias muito bem formuladas, mas, que, muitas vezes não atendem ao interesse geopolítico pátrio.

seu papel natural de líder regional. Não há mais espaço para a omissão geopolítica brasileira no contexto sul-americano/sul-atlântico. Não se pode olvidar, que historicamente o Brasil vem relutando em assumir com nitidez tal liderança. Esta postura de tibieza geopolítica do Brasil prejudica a própria integração regional, na medida em que perde rumo a perspectiva de uma inserção continental de caráter multilateral.

De tudo se vê, por conseguinte, os limites da Teoria dos Complexos Regionais quando aplicada ao Atlântico Sul e à própria América do Sul. Tal referencial teórico tem riqueza acadêmica inexorável, mormente na descrição de diferentes complexos de segurança regional. Porém, no que tange ao entorno estratégico brasileiro, há elementos que foram desconsiderados e que, no entanto, são fundamentais para a geopolítica o Brasil do século XXI. É por essa razão que vamos examiná-la com maiores detalhes, começando-se pela geopolítica do petróleo.

2.2 A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Antes de propriamente adentrar o subcampo da Geopolítica do Petróleo, cabe registrar algumas conceituações acerca de Geopolítica. Saul Cohen (2009) aponta que, apesar de pensadores como Aristóteles, Montesquieu, Kant, Hegel e Humboldt já terem um claro entendimento sobre Geopolítica, seu conceito como uma nova ciência emerge muito mais tarde, em 1899.

Foi o cientista político Johan Rudolf Kjellen (1864-1922) quem cunhou o neologismo Geopolítica (em 1899), com base nos princípios desenvolvidos pelo geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), dando ao termo a seguinte definição: “A ciência do Estado enquanto um organismo vivo, ou fenômeno no espaço” (KJELLEN apud EFFERINK, 2009).

Meira Mattos (2011) relata polêmicas que orbitam em torno da palavra Geopolítica. Distintamente de Efferink (2009), Meira Mattos (2011, p. 85) aponta o Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial da marinha estadunidense e reconhecido estrategista, como o precursor da teoria geopolítica. A razão por trás disso é atribuir-se a Mahan a disseminação da concepção de “Destino Manifesto”⁴, que viria a orientar de forma determinante a política externa dos EUA.

Entretanto, o próprio Meira Mattos (2011) reconhece que foram Ratzel e Kjellen que elevaram a Geopolítica ao nível de Ciência. Assim, de forma sintética, utilizando-se dos ensinamentos de Ratzel, Mattos conceituou Geopolítica desta forma: “Espaço é poder, e geografia é destino” (MATTOS, 2011, p. 88).

4 Segundo SCHILING (1984, p. 10), “Destino Manifesto” é a ideologia que fazia dos americanos uma espécie de novo povo eleito, e desde que se difundiu entre eles, a partir da metade do século XIX, agiu como um poderoso lemento mobilizador da energia do país e dos indivíduos para a conquista de novos territórios ao oeste e sul do continente. Essa ideologia foi um verdadeiro elixir do expansionismo e do intervencionismo norte-americano.

Para uma conceituação mais contemporânea acerca da ciência Geopolítica vale examinar a citada por Oliveira (2012, p. 78):

A Geopolítica é um campo de conhecimento transdisciplinar cujo objeto de estudo incide nas relações entre a geografia e a política, envolvendo desde o problema do uso dos recursos e do espaço geográfico para a obtenção de poder político, até o uso do poder político para a aquisição, manutenção ou gestão de determinados espaços geográficos. Enquanto campo de conhecimento que possui modelos explicativos e teorias próprias, a Geopolítica apresenta a peculiaridade de utilizar-se de métodos e ferramentas analíticas oriundos de diferentes Ciências, como a Geografia, a Ciência Política, e, por vezes, das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos.

A Geopolítica do Petróleo é peça componente de um campo maior de análise: a Geopolítica da Energia. Assim, a Geopolítica do petróleo pode ser conceituada como parte da “análise dos elementos geográficos, políticos e estratégicos que influenciam a exploração, o transporte e o uso de recursos energéticos, no caso, o petróleo” (OLIVEIRA, 2012, p. 185).

Convém registrar que as principais abordagens clássicas da Geopolítica, seja a da escola geopolítica mais relacionada ao poder terrestre, ou a escola mais inclinada à geopolítica do poder marítimo, exercem influência na análise da geopolítica do petróleo. A primeira, do poder terrestre se dedicava, primordialmente, à análise da influência de elementos “estáticos”: território, topografia, relevo, recursos naturais, hidrografia, na política e estratégias estatais. A segunda, do poder marítimo, se debruçava sobre a análise dos fluxos marítimos, tanto do comércio internacional, quanto de pessoas. Ambas as perspectivas de análise dessas duas escolas geopolíticas serão úteis à sistematização deste estudo.

Oliveira (2012) delimita as principais variáveis necessárias à consecução de uma análise geopolítica do petróleo:

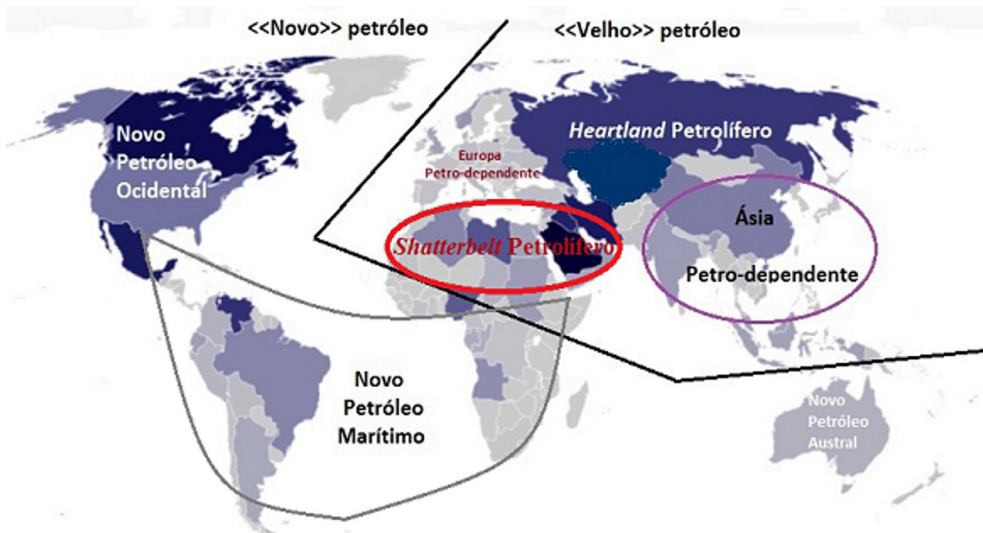
- (I) a distribuição geográfica das reservas de petróleo e gás pelo mundo;
- (II) a distribuição das reservas de combustíveis fósseis que permitem a extração de petróleo ou gás, como, por exemplo, xisto e areias oleaginosas, geralmente, classificados como “petróleo ultra-pesado”;
- (III) a distribuição dos principais centros de consumo de petróleo e gás em escala mundial; e
- (IV) a relação de conflitos-cooperação entre os exportadores e os importadores de petróleo. (OLIVEIRA, 2012, p. 188)

Com o propósito de facilitar a identificação/visualização e análise da questão central deste estudo, adotar-se-á, além da teoria dos CRS, uma compartimentação do globo centrada unicamente na variável geopolítica petróleo. A apresentação do globo, tendo por base modelo geopolítico teórico de Saul Cohen (2009), servirá de apoio secundário para esta pesquisa.

Rubens Eiras (2014), dividindo o mundo de acordo com a tipologia dominante de hidrocarbonetos existente nos agrupamentos regionais do modelo de Saul Cohen, distingue dois tipos de regiões:

- (1) As regiões geoestratégicas – uma extensão espacial com significado global, suficientemente ampla para possuir características e funções que tenham influência mundial (na oferta de hidrocarbonetos) [...]; e
- (2) As regiões geoeconômicas – que têm extensões regionais, sendo uma subdivisão das regiões geoestratégicas. Expressa a unidade de características geográficas [relativa à dependência ou autossuficiência de hidrocarbonetos]. (EIRAS, 2014, p. 118-119).

Figura 2 – A grande Alteração Geoestratégica do Petróleo e do Gás: 2000-2030



Fonte: EIRAS, 2014, p.119 (adaptado).5

5 O autor da figura listou como fontes originais – Energy Information Administration, 2012; International Energy Agency, 2012.

A partir da visualização da FIG. 2, verifica-se que a região geoestratégica do “Novo” petróleo compreende, quando comparada à FIG. 1, toda a área delimitada pelo entorno estratégico brasileiro – o Atlântico Sul – em especial a área contida entre a costa ocidental da África Subsaariana e a costa leste da América do Sul. Assim, percebe-se que a identificação e correlação das variáveis antes listadas por Oliveira (2012) devem ser sobrepostas às configurações dos CRS da América do Sul e da África Subsaariana, com vistas a fundamentar a análise do cenário atual.

Não obstante, vale lembrar o que Halford J. Mackinder, na sua conferência sobre o “*The Geographical Pivot of History*”, em 1904, ressaltou sobre o desenvolvimento das inúmeras potencialidades da América do Sul. O desenvolvimento dessa vasta gama de potencialidades podia ter influência decisiva sobre o sistema internacional de poder, e fortaleceria os EUA ou, do outro lado, a Alemanha, a época potência emergente, se este último Estado obtivesse sucesso ao desafiar a Doutrina Monroe⁶ (MACKINDER, 1904).

3 A DINÂMICA SECURITÁRIA REGIONAL

O CRS Sul-Americano, como disposto por Buzan e Waever (2003, p. 337-339), permanece em um processo dinâmico de evolução desde o fim da Guerra Fria (1947-1989). O CRS Sul-Americano é tido como um “regime de segurança” com uma dinâmica positiva, o que o conduz à criação e ao estabelecimento de uma identidade comum necessária à possível constituição de uma “comunidade de segurança”, alavancada pelo Cone Sul (Idem, p. 337-339). Entretanto, Medeiros Filho (2014, p. 29) e Silva (2014) observam que somente o Cone Sul estaria enquadrado como um “regime de segurança, a caminho de uma pretensa comunidade de segurança”.

Nessa conjuntura, o Brasil assume uma posição de notada relevância. O Estado brasileiro, brindado “em parte pela sua própria condição geográfica, que lhe confere importância estratégica para a integração regional, além do peso político que exerce nas decisões do continente (subcontinente sul-americano)” (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 28), vem desempenhando a liderança regional na geopolítica deste subcontinente.

Malgrado o relativo sucesso na maior integração do Cone Sul frente aos dois outros sub-complexos sul-americanos (Amazônico e Andino), a Declaração de Cochabamba, em seu item 3, cujo título é *Premissas para a construcción de la integración sudamericana* deixou patente a importância da “identidade comum”, e a dificuldade em se concertar a integração de todo o subcontinente:

6 Segundo Reis (2013, p. 510) a Doutrina Monroe confirmava “a importância do hemisfério norte nas relações de poder, no caso o Atlântico Norte, ou seja o eixo Leste-Oeste, enquanto o Atlântico Sul era apenas um apêndice” desse oceano, bem como reforçava a ideia “da América para os americanos”.

O processo de construção dessa integração é ambicioso e preciso em seus objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, flexível e gradual em sua implementação. [...], na contribuição à estabilidade regional, na articulação de políticas sociais regionais e na **valorização de uma identidade cultural sul-americana com participação de atores locais e regionais. (CAN, 2006, **grifo nosso**, tradução nossa)**

Assim sendo, para este trabalho considerar-se-á o CRS Sul-Americano como um “regime de segurança”, sem qualquer viés, seja positivo ou negativo, de evolução do padrão de relacionamento (amizade/inimizade) entre suas unidades, e ainda classificado quanto à sua polaridade como “centrado”, em que o Brasil seria o polo, por ser percebido como uma potência média emergente no SI, assim como uma potência regional no subcontinente.

Já a África Subsaariana está subdividida em 4 (quatro) grandes regiões (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 229-247), das quais só uma constitui um complexo de segurança propriamente dito: o CRS da África Austral. Além do CRS da África Austral, há dois Proto-complexos regionais, um na África Ocidental e o outro no Chifre da África, e ainda um Pré-complexo na África Central.

O CRS África Austral é classificado como um “regime de segurança”, e, sob o aspecto de sua polaridade como “padrão”, unipolar e centrado na África do Sul, citada como potência regional local. Já o Proto-CRS África Ocidental se distingue do CRS África Austral, visto que suas dinâmicas securitárias são frágeis. Esse Proto-CRS foi classificado como unipolar e centrado na Nigéria (BUZAN; WAEVER, p. 234-235 e p. 239).

É fato ser o petróleo de vital importância para a matriz energética mundial e alvo da securitização nos diversos níveis, regional ou global. Torna-se, assim, essencial identificar as relações entre esses dois níveis. A “porosidade” na interação entre eles, a despeito dos esforços envidados pelos CRS para manter certa autonomia, força-nos a procurar identificar qualquer indício de penetração ou sobreposição de alguma grande potência.

3.1 O Petróleo do Atlântico Sul

Os mares permanecem estratégicos para a geopolítica do petróleo, já que seu comércio é executado, em mais de 70% de seu volume, por via marítima. Dessa forma, a discriminação dos fluxos comerciais de petróleo no Atlântico Sul, provenientes da América do Sul e da África Ocidental Subsaariana, evidenciam alguns Estados cujas importações de petróleo, provenientes dessas regiões, destacam-se frente aos demais importadores mundiais.

TABELA 1
Percentuais de Dependência do Petróleo do Atlântico Sul (2014)

EXPORTADOR	IMPORTADOR							
	EUA	América do Sul	U.E.	África	China	Índia	Japão	Demais
América do Sul	1.597	0	474	25	751	691	56	332
África Ocidental	343	268	1.575	0	1.153	581	60	452
Sub-total Atlântico Sul (I)	1.940	268	2.049	25	1.904	1.271	116	784
% “Quota” Atlântico Sul	23,21%	3,21%	24,52%	0,29%	22,78%	15,21%	1,39%	9,39%
Grau de Dependência - % (I) ÷ (T)	21,03%	12,01%	16,26%	1,44%	25,25%	30,10%	2,68%	5,76%
Total Importado por País/Região (T)	9.221	2.232	12.601	1.708	7.540	4.225	4.333	13.607

Fonte: AUTOR, 2016.

Notas: (1) Valores expressos em milhares de barris diários (x 1000 b/d);

(2) “Demais” inclui: Canadá, México, Europa, Australásia, e outros países da Ásia-Pacífico; e

(3) Dados BP 2015.

Destacaram-se EUA, U.E., China, e a Índia como os principais importadores, todavia, para efeito do escopo deste trabalho, focaremos as futuras análises nos EUA e na China. Resta aquilatar a dependência desses dois Estados, no que tange à quantidade percentual de petróleo importado do Atlântico Sul. E, ainda, avaliar a representatividade desse volume frente ao total importado, somados seus demais fornecedores.

Percebe-se, a partir da discriminação de cores utilizadas na TAB. 1, que os principais importadores de petróleo do Atlântico Sul, ou seja, os que detêm os maiores % de “Quota”, podem ser classificados na seguinte ordem: 1º U.E.; 2º EUA; 3º CHINA; e 4º Índia. Juntos, EUA e CHINA, canalizam mais cerca de 46% do petróleo produzido no Atlântico Sul, e cada um deles, individualmente, importa mais de 1/5 do total produzido. Entretanto, ao se diagnosticar quais desses Estados/Regiões dependem em maior ou menor grau do petróleo produzido no Atlântico Sul, tendo-se por base o total importado necessário para atender à demanda de suas matrizes energéticas, conclui-se que esses mesmos importadores são classificados na ordem inversa da apontada para o percentual de “Quota”: 1º Índia; 2º China; 3º EUA; e 4º U.E.

Convém ressaltar a previsão acerca do subcontinente norte-americano (EUA, Canadá e México), ainda para o ano de 2015, de passarem da condição de “importadores líquidos de energia para exportadores” (BP, 2015a, p. 27), impulsionados por três anos consecutivos de aumentos, da ordem de mais de 1 milhão de barris por dia, da produção dos EUA, alcançado pela exploração do “gás de xisto” e do “tight oil” (BP, 2015b). Ademais, os EUA, em 2014, tornaram-se o maior produtor de petróleo (BRITISH PETROLEUM, 2015a), assim como Eiras (2014) fez constar que a autossuficiência dos EUA está prevista para 2020.

Entretanto, ressalve-se que a exploração de métodos não-convencionais de geração de energia/prospecção de petróleo é condicionada pelo preço do barril de petróleo no mercado mundial. Com a queda acentuada de preços dessa *commodity* em 2014, a exploração desses meios não convencionais pode inviabilizar economicamente esses tipos de produção de energia.

Sabe-se que o Oriente Médio concentra a maior parte das reservas mundiais de petróleo convencional. Entretanto, ao se comparar o mapa de distribuição e volume atual das reservas provadas de petróleo com o mapa do início deste século, percebe-se uma mudança significativa decorrente das descobertas de novas reservas.

A América do Sul e a África apresentaram os maiores crescimentos proporcionais de suas reservas de petróleo provadas⁷, quando cotejados os dados entre os anos de 2000 e 2014, aumentando seus volumes em aproximadamente 237% e 39% respectivamente. Além disso, a América do Sul e a África Ocidental Subsaariana juntos detêm cerca de 22,6% das reservas mundiais de petróleo. Grande parcela dessas reservas, bem como da produção de petróleo, está localizada na região do “Novo Petróleo Marítimo”, nas zonas litorâneas – *offshore*.

Releva registrar que não estão contabilizadas nesse cálculo as reservas do Pré-Sal brasileiro, estimadas entre 70 e 100 bilhões de barris pelo governo brasileiro, bem como não estão somadas às reservas sul-americanas (BANDEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2012; PORTAL BRASIL, 2011). Além disso, as estimativas apontadas por Reis (2011) e Reyes (2009), acerca de reservas em águas profundas na Guiné Equatorial e em São Tomé e Príncipe, tampouco foram contabilizadas.

É evidente, levando-se em conta as orientações no que tange ao entorno estratégico brasileiro contidas na PND e na END, que a fragilização do equilíbrio existente no Atlântico Sul não interessa ao Brasil. A análise geopolítica da região do “Novo Petróleo Marítimo”, considerando-se as reservas *offshore* e os atuais/futuros fluxos petrolíferos no Atlântico Sul, enseja a securitização desse recurso energético, em prol do adequado provimento de segurança e defesa, a bem do Estado Brasileiro.

3.2 O Repensar da Estratégia de Segurança Energética dos EUA

Os EUA são o maior consumidor mundial de petróleo, tendo consumido, em 2014, aproximadamente 1,7 vezes o total consumido pela China – segundo maior consumidor mundial (BRITISH PETROLEUM, 2015a). No entanto, os EUA deixaram de ser autossuficientes em petróleo ao fim da década de 1960, e rapidamente, passaram a ser um dos maiores importadores desta *commodity*.

7 Reservas Provadas (1P) são aquelas com probabilidade de existência maior do que 95% (90% dependendo do critério) (SZKLO et al., 2006).

O programa energético lançado em 2000, no primeiro governo de Bush (filho) registrou a necessidade de diversificação dos fornecedores, para além dos tradicionais países árabes da região do Oriente Médio. Os olhos da superpotência estadunidense se voltariam para a África. Já que o continente africano detinha um total de cerca de 12% das reservas mundiais de petróleo comprovadas, a estratégia energética estadunidense, de 2000, era de que aquele continente fornecesse entre 20% e 25% do volume total importado pelos EUA até 2015 (PENHA, 2011; PENNA FILHO, 2013; SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

Nesse contexto, os EUA, em 2002, planejaram estabelecer uma base em São Tomé e Príncipe, com vistas a assegurar a linha de comunicação marítima por onde transcorria o fluxo de petróleo do Golfo da Guiné para os EUA. Segundo Abdenur e Souza Neto (2014), Beny (2007) e Oliveira (2007) os EUA, efetivamente, estabeleceram radares na ilha de Príncipe para monitorar e controlar o fluxo marítimo daquela região. Além disso, em 2006 foi estabelecido o sistema de segurança costeira denominado “Guarda do Golfo da Guiné”, na área marítima do Golfo da Guiné, subordinado ao Comando Militar Europeu dos Estados Unidos (USEUCOM), que tinha por objetivo garantir a estabilidade da região. No ano seguinte, em 1 de outubro de 2007, meses depois da VI Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS)⁸, conduzida em junho, com vistas à revitalização do organismo, os EUA criaram o Comando Militar da África dos Estados Unidos (AFRICOM), cujos reais objetivos suscitavam desconfianças nos Estados africanos.

A política energética estadunidense de 2000 refletira, também, do outro lado da margem do Atlântico Sul, na América do Sul, especificamente no Brasil. Segundo Reyes (2009, p. 27) os interesses dos EUA, foram publicados, em 18 de julho de 2002, em artigo na revista *National Review*. Esse artigo, de autoria de Rich Lowry (diretor daquela revista), apresentava a tradução dos resultados do pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos y Políticos Avanzados (IEEPA), Paul Michael Wihbey, em que os EUA “[...] devem deixar de depender do petróleo do Golfo Pérsico e em vez disso obter o controle estratégico dos grandes campos petrolíferos do Atlântico Sul, tanto na África Ocidental como na plataforma continental do Brasil.” (LOWRY, 2002).

Bertonha (2011, p. 113-115), em artigo originalmente publicado em 2005, intitulado “A presença militar americana no Paraguai: perigo ou paranóia?” apontou que os EUA estavam remanejando suas bases e seus contingentes de antigas posições da época da Guerra Fria. Esses contingentes estariam sendo removidos

8 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

da Europa Ocidental, Japão e Coréia do Sul, e realocados no Paraguai – Cone Sul – e na África, dentre outras localizações. É apontado por esse autor, ainda, que a base a ser utilizada pelos EUA no Paraguai – Mariscal Estigarribia –, para manter a vigilância em temas relacionados ao narcotráfico e terrorismo na tríplice fronteira, possivelmente seria do tipo “posição cooperativa de segurança”. Nesse tipo de base, provavelmente não abrigaria militares estadunidenses permanentemente aquartelados (BERTONHA, 2011). No entanto, Bandeira (2008, p. 16) assevera que a base aérea Mariscal Estigarribia, dotada de uma pista de pouso de 3.500 metros e com capacidade de aquartelar até 16.000 homens, teria recebido, em 2005, tropas da “*Special Operations Forces*” com imunidades concedidas pelo governo paraguaio.

Relembre-se que, sob essa mesma perspectiva de militarização, todavia sob a roupagem do apoio ao combate a grupos revolucionários colombianos – as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) – os EUA a partir do ano 2000 lançaram o Plano Colômbia, prevendo investimentos de cerca de US\$ 6 bilhões junto ao governo da Colômbia. Do total de investimento previsto, um montante de US\$ 1,3 bilhões seria destinado à aquisição de helicópteros e armamentos. (BANDEIRA, 2008).

A tradução do Plano Colômbia guarda relação direta com a questão energética estadunidense. O interesse na Colômbia se justificava por este Estado ser o terceiro maior exportador, dentre os países da América Latina, de petróleo para os EUA, além da existência de diversas empresas petrolíferas estadunidenses operando em seu território.

Nesse cenário, da valorização de outras fontes de petróleo – petróleo africano – e depois com as recentes descobertas de grandes jazidas de petróleo no Atlântico Sul, os EUA, logo após criarem o AFRICOM, reativaram, em 2008, a 4ª Esquadra dos EUA, que estava desativada desde 1950. Há divergências entre os diversos autores dessa temática sobre os reais motivos para a reativação da 4ª Esquadra, visto que essa não guarda relação somente com a área de atuação do Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM).

Relembre-se que, da mesma forma que os EUA procuram garantir sua segurança energética, outras potências, como China e Índia, também estão em busca do mesmo objetivo. Contudo, pode-se inferir que tanto a 4ª Esquadra quanto o AFRICOM convergem a alguns objetivos comuns, como: contrabalançar a influência de outras potências, principalmente chinesa, na África e na América do Sul; reorganização administrativa das Esquadras, reafirmar a hegemonia dos EUA, como um “simbolismo” direcionado aos governos com viés anti-estadunidense dessa região; incrementar a segurança marítima do Atlântico Sul; e manter seu status de única superpotência dentro do SI.

A atual Estratégia de Segurança Energética dos EUA, para o setor petrolífero, segundo Oliveira (2012) é dita híbrida, pois contempla algumas estratégias:

- (I) A **Estratégia da autossuficiência energética** – investimentos em Exploração e & Produção (E&P) (produção de uma porcentagem razoável de petróleo no país), e a busca pela inovação energética (“*Tight oil*” do Xisto e “*Fracking*”⁹);
- (II) O aumento da **Segurança do Fornecimento Externo** – que pode ser subdividida em diversificação de fornecedores externos (importação de petróleo prioritariamente oriundo do hemisfério ocidental); e a militarização do controle de recursos energéticos no exterior (controle de reservas petrolíferas no exterior, preferencialmente através das empresas petrolíferas estadunidenses, e, em alguns casos, manutenção de forças militares dos EUA nas regiões petrolíferas mais importantes, como o Oriente Médio); e
- (III) A estratégia da **integração regional** – a construção de oleodutos e gasodutos integrando os três países do NAFTA (EUA, Canadá e México).

Ao se cotejarem as estratégias supra às iniciativas dos EUA mencionadas nesta seção, a elevação de sua produção de petróleo nos últimos três anos (mais de 1 milhão b/d) e o posicionamento geográfico de dois dos seus principais fornecedores de petróleo (Canadá e México, que respondem, juntos, por 45% do total fornecido – EIA DOC, 2015), com a previsão de que os EUA passariam, ainda em 2015, de “importadores de energia a exportadores líquidos” (BRITISH PETROLEUM, 2015a, p. 27) e seriam autossuficientes em petróleo em 2020 (EIRAS, 2014), deduz-se que as jazidas de petróleo offshore no Atlântico Sul, per se, podem ter perdido valor relativo para os EUA.

Todavia a dinâmica de transformação geopolítica em torno dessas jazidas do Atlântico Sul permanecem, mais que válida, para as demais potências que buscam suas seguranças energéticas. Assim, parece viável a ideia de que os EUA, ao manterem uma política assertiva face os assuntos do Atlântico Sul, ou seja, securitização do petróleo e das linhas de comunicação marítimas desse oceano, intencionam, como prioritário, reafirmar-se como a potência hegemônica global.

É digno de registro que a OTAN, embora seja um organismo de defesa coletivo, não estatal e não privativo dos EUA, desenvolveu ações e pretensões sobre o Atlântico Sul. A OTAN disseminava a ideia de uma Bacia Atlântica única, onde o Atlântico Sul se conectava ao Atlântico Norte como um *continuum* daquele.

Nesse sentido, as Diretrizes Estratégicas dessa organização foram revistas em 2010, e o papel da OTAN foi ampliado. As alterações, especificamente, dos parágrafos 15 e 20, inerentes às áreas de energia e de contenção de crises, respectivamente,

9 “Fracking” ou “Hydraulic Fracturing” é a tecnologia, que envolve hidrotratamento, desenvolvida para a extração do “tight oil”. Disponível em: <<http://www.what-is-fracking.com/what-is-hydraulic-fracturing/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

autorizam a intervenção dessa organização em qualquer região do globo (OTAN, 2010).

Registre-se que o Ministro da Defesa Nelson Jobim, em 2010, durante um pronunciamento em Lisboa, declarou que via “com reservas, quaisquer iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o Norte do Atlântico ao Atlântico Sul – sendo o sul, área geoestratégica de interesse vital para o Brasil” (JOBIM, 2010). Pode-se inferir, de forma análoga, que qualquer ação da OTAN sobre os CRS Sul-Americano, CRS África Austral e Proto-CRS África Ocidental, sob a perspectiva brasileira, são indesejáveis.

Percebe-se que, desde o início do Século XXI, em meio a todo o processo de securitização engendrado pelos CRS Sul-Americano, CRS África Austral e Proto-CRS África Ocidental no Atlântico Sul, a OTAN também elevou sua atividade político-militar nessa região. Sob essa lente, Penna Filho (2013, p. 35) ressaltou a possibilidade de a OTAN ter passado a servir aos interesses “dos EUA e seus aliados europeus”, como poderoso instrumental político-militar.

A dinâmica de transformação geopolítica em desenvolvimento, em torno do petróleo do Atlântico Sul, faz-se válida para as demais potências que buscam suas seguranças energéticas. Parece viável a ideia de que os EUA, ao manterem uma política assertiva face os assuntos do Atlântico Sul, intencionam, prioritariamente, manter-se como a única superpotência dentro do SI, sem ceder espaço a outras potências que possam emergir como a China.

Eis aqui o ponto nevrálgico da geopolítica brasileira para o Atlântico Sul: manter tal região livre de interferência externa de potência global dominante. Com efeito, é preciso examinar as realidades geopolíticas vinculantes entre os EUA e a América do Sul e, na sua esteira, o Atlântico Sul. Nesse sentido, é preciso compreender que o pensamento estratégico norte-americano confronta duas visões antagônicas sobre a importância da América do Sul no contexto mundial.

De um lado, no plano da segurança nacional, por exemplo, a importância estratégica da América do Sul chega mesmo a ganhar laivos de nulidade. Esta quase insignificância estratégica é fruto de um conjunto de fatores, a saber: é uma das regiões mais desmilitarizada do planeta; é uma área internacional livre de extremismos religiosos e, em função disso, com baixo potencial para ataques terroristas; é uma área com baixíssimos níveis de gastos em defesa e com grau mínimo de conflituosidade intrarregional; é um conjunto geopolítico caracterizado pela ausência de potências nucleares, já que Brasil e Argentina abdicaram desta prerrogativa; e o que é mais importante, não desponta do contexto sul-americano nenhum país que possa ser classificado como Estado-bandido ou Estado fora da lei, dentro da categoria das ameaças de proliferação das armas de destruição em massa.

Em consequência, sob a ótica da matriz de segurança nacional dos Estados Unidos, restam para o continente sul-americano apenas as ameaças transnacionais, como, por exemplo, terrorismo, crime organizado internacional, fluxo migratório de

pessoas e danos ambientais. Eis a razão pela qual as elites políticas sul-americanas estão sendo seduzidas no sentido de orientar o uso de suas forças armadas para o combate a este tipo de ameaça, que tenta ser exportada dissimuladamente pelo estrategista norte-americano.

Para fundamentar uma afirmação deste jaez, basta recorrer ao documento denominado *"United States Security Strategy for the Americas"*, assinado pelo então Secretário de Defesa daquele país, William J. Perry, em 1994.

Este documento é a Estratégia dos EUA para as Américas. A partir da análise deste documento, pode-se perceber que os EUA procuram universalizar o combate às ameaças que lhes são próprias, tentando incutir nas forças armadas sul-americanas a necessidade de se engajar no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e ao terrorismo internacional. Nesse sentido, tal estratégia formulou seis grandes axiomas denominados de princípios de Williamsburg (local da Reunião), entre os quais, mais precisamente, o sexto consigna a tentativa de transformar o poder militar das nações sul-americanas em simples força policial.

É por simples interpretação literal dos princípios de Williamsburg que se descortina a iniciativa dos EUA de envolver as forças armadas sul-americanas na luta contra o narcoterrorismo. Sob o pretexto de aumentar a cooperação internacional dentro do conceito de segurança hemisférica, os Estados Unidos da América revigoram a ideia de solidariedade hemisférica, criando o conceito de responsabilidade compartilhada, que nada mais significa do que a redução das forças armadas sul-americanas em simples milícia policial. Em síntese, a nova ordem militar de Williamsburg deixa entrever que a manutenção da paz e da segurança no contexto sul-americano ficará a cargo dos Estados Unidos da América, não havendo mais necessidade de manter, no âmbito do continente, as ameaças externas. As construções estratégicas militares da América do Sul devem convergir para um fim superior e comum, qual seja o combate ao narcoterrorismo, razão pela qual ainda se justifica a existência de forças armadas nessa região. Portanto, a única forma de contribuição da América do Sul para o fortalecimento da segurança dos EUA seria engajar suas forças armadas no combate ao narcoterrorismo. Esta, sim, seria uma atividade com potencial para afetar diretamente a segurança norte-americana e, em consequência, poderia receber ajuda em nível hemisférico.¹⁰

10 Em rápida digressão filosófica, a estratégia dos EUA para as Américas faz lembrar o conceito do Leviatã hobbesiano. Se Thomas Hobbes, para legitimar o absolutismo, pregava que os indivíduos deveriam entregar suas liberdades para que o monarca todo-poderoso, o Leviatã, o Deus mortal, proporcionasse, em troca, paz e segurança dentro do ambiente de caos do Estado de Natureza, a nova ordem militar de Williamsburg sugere que os EUA, um verdadeiro Leviatã de nações, o Estado todo-poderoso e militarmente hegemônico, deve proporcionar a segurança coletiva em âmbito hemisférico em troca das soberanias relativizadas das nações sul-americanas, que devem agora erigir o narcoterrorismo como núcleo central de suas respectivas formulações estratégicas de segurança nacional.

É, portanto, dentro deste panorama de relações estratégicas de subalternidade que o sexto princípio de Williamsburg deve ser repellido e é exatamente pelo mesmo motivo que o conceito estratégico da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) deve ser plenamente compreendido pela elite intelectual brasileira, juntamente com o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com relação à ZOPACAS, vale destacar que se trata de uma construção genuinamente brasileira em termos de segurança hemisférica e tem o propósito principal de neutralizar qualquer iniciativa estratégica tendente a criar a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), mecanismo semelhante à OTAN e que consolidaria a hegemonia norte-americana nesta importante região geoestratégica. Em essência, a ZOPACAS tem o dom de neutralizar a presença hegemônica norte-americana no hemisfério e, o que é mais importante, serve como vetor geopolítico da projeção internacional brasileira, tanto em relação à América do Sul, como em relação à África Atlântica, com ênfase especial à África do Sul e aos países de língua portuguesa. Nesse diapasão, um conceito estratégico genuinamente sul-americano, em termos de segurança hemisférica, perpassa, necessariamente, pela consolidação de um ambiente de paz e cooperação dentro da região do Atlântico Sul, o que, evidentemente, também, contribui, em grande magnitude, para as aspirações do Conselho de Defesa Sul-Americano no sentido de neutralizar qualquer iniciativa de formação de uma ampla aliança militar sob a égide da nação estadunidense.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano pode representar as bases do desenvolvimento, assim como a institucionalização, de uma mentalidade voltada para a integração sul-americana como instrumento de consolidação da paz e da segurança regional. Ademais, é importante entender que o fortalecimento da ZOPACAS e do CDS favorece a projeção internacional brasileira, repotencializando seu papel geopolítico no cenário internacional.

É a própria Política de Defesa Nacional (PDN), enquanto documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa do País, que prioriza a integração sul-americana a partir dos seus três principais conjuntos geopolíticos (MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações e Comunidade Sul-Americana de Nações), juntamente com a ZOPACAS. Nesse sentido, reza nossa PDN que “entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: (...) a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul”.

Enfim, é certo inferir que a ZOPACAS pode preencher uma grande lacuna existente na formulação de políticas e estratégias de defesa regional que levem em conta as perspectivas de uma sociedade de Estados Democráticos de Direito e dentro de uma área geopolítica afastada dos principais focos de tensão mundial e com grau mínimo de conflituosidade intrarregional. Neste contexto, cabe ao

estrategista pátrio:

a) criar modelos de integração que fortaleçam a ZOPACAS na região do Atlântico Sul e o CDS no âmbito da UNASUL;

d) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa;

c) integrar as bases industriais de defesa;

d) criar as bases de uma América do Sul como espaço geopolítico de poder dentro do sistema mundial.

Se em termos de segurança nacional, o papel da América do Sul é ancilar e quase que insignificante, o mesmo não acontece no plano econômico. Sob a ótica da globalização neoliberal, o mercado da América do Sul é importante no confronto com a China.

A importância do mercado da América do Sul começou a ganhar visibilidade a partir da priorização da dimensão econômica da Estratégia do Engagement and Enlargement de Bill Clinton, cuja pretensão era a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A criação da ALCA foi concebida dentro da grandiosidade do esquema denominado Constelação Mundial do Comércio, que também envolvia a Europa (Mercado Transatlântico) e a Ásia/Pacífico (Cooperação Econômica para a Ásia e para o Pacífico- APEC).

Sempre com esse tipo de intelecção em mente, é importante compreender a verdadeira intenção desses grandes desenhos de cooperação multilateral concebidos pelos centros mundiais de poder. Daí, portanto, a relevância da teorização feita com base na integração sul-americana, cuja linha dominante deve ser a ideia-força de que as nações sul-americanas não devem aceitar tratamento inferiorizado por ocasião da criação desses grandes blocos hemisféricos, como, por exemplo, a frustrada tentativa de imposição da ALCA no início do novo milênio. Não se trata de uma questão ideológica, valer dizer ser antiamericano ou ser anti-imperialista, mas, sim, pensar, com visão prospectiva autônoma, a construção do seu próprio futuro, sem subordinação geopolítica a ninguém.

Infelizmente, a América do Sul ainda não conseguiu esboçar um esquema de integração autônomo capaz de sistematizar a projeção geopolítica da região como um todo. Não há verdadeiros projetos de Estado no âmbito do espaço sul-americano, o que evidentemente enfraquece o processo de integração regional. Na opinião de importantes analistas estratégicos, os principais arranjos de integração sul-americana estão fadados ao fracasso, tais como: Mercosul, Unasul, Pacto Andino e outros.

Sem embargo de tão importante visão, ousa-se discordar de tal tipo de intelecção a partir da crença de que é possível, sim, conceber um projeto geopolítico sul-americano livre da interferência hegemônica dos EUA e, também, da China. Dito de outra forma, apesar de ser reconhecidamente um projeto de difícil exequibilidade, é preciso perseverar na crença de que a formulação de uma geopolítica sul-americana autônoma é a melhor solução geopolítica para os graves

problemas econômicos e sociais das nações periféricas da América do Sul, países de modernidade tardia que vivenciam constantes ciclos de exclusão social e de empobrecimento estatal. Entretanto, é melancólico constatar que tal realidade geopolítica ainda não ocorreu no âmbito da América do Sul, facilitando dessarte a influência externa de uma Potência extrarregional, como seria o caso da China ou do próprio EUA.

3.3 A Avidéz Chinesa por Petróleo

A República Popular da China, país mais populoso do mundo com cerca de 1,37 bilhões de pessoas, como potência emergente em franca expansão, localizada geograficamente na região da Ásia Petro-dependente, demandava, cada vez mais, recursos energéticos e minerais para sustentar seu crescimento. Faz-se constar que a China foi o ator extrarregional que mais peso teve no “redescobrimto” da África. A China, na busca por esses insumos a estratégia chinesa para o continente africano contempla uma política ampla, sem se ater a regionalismos, e, principalmente, sem exigir qualquer condicionalidade – política, cultural ou relativa a direitos humanos – para o estabelecimento de acordos comerciais ou investimentos.

A busca por segurança energética da China tem início ainda nos anos 1990, quando este Estado deixou de ser autossuficiente e passou a depender da importação de petróleo. Inicialmente, sua demanda por petróleo foi suprida pelos países árabes, membros da OPEP. No desenvolvimento da estratégia de segurança energética chinesa, que preconizava a diversificação de fornecedores externos de petróleo, a China adotou, em 2001, a estratégia do “*Going Out (Zou chu qu)*”, que a conduziria aos mercados de petróleo africano e sul-americano (BASTIN *et al.*, 2008; FERNANDES, 2014, p 159).

A influência chinesa em unidades do Complexo regional de segurança da América do Sul (CRS), Complexo regional de segurança da África Austral e Proto Complexo regional de segurança (CRS) da África Ocidental se perpetua de forma distinta da “penetração” impetrada, principalmente, pelos EUA. Na condição de potência emergente, a China encontra-se numa verdadeira corrida para ampliar sua segurança energética, e para tanto busca fazê-lo por meio de uma “penetração” econômica, e não por meio da militarização de áreas de interesse.

A presença chinesa nas duas margens do Atlântico Sul, implementada e efetivada por meio das estatais chinesas do setor de petróleo e gás – *China Petrochemical Corporation (SINOPEC)*, *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e *SINOCHEM* – transcorre e se consolida com a aquisição de participações em E&P de jazidas, principalmente *offshore*, no Brasil, Angola e Nigéria.

Sem olvidar a vertente diplomático-miliar, Abdenur e Souza Neto (2014) e Penha (2011) apontam que a China fortaleceu seus laços na área de defesa, por

meio da venda de armamentos, equipamentos, Navios, treinamento e capacitação de militares, com Angola, Nigéria e a Namíbia.

Reis (2011) relatou que a China participou: com alguns de seus Navios, de uma ação conjunta na costa oriental africana, adentraram o Mar Mediterrâneo, passando por Suez, levando-os a uma visita à Itália; e enviou dois de seus navios, em 2002-2003, para contornarem a América do Sul, passando pelo Canal do Panamá. Esse autor ressalta que a China está se fazendo ao mar utilizando-se da diplomacia do poder naval para atuar diretamente sobre a securitização dos recursos naturais de seu interesse.

O estreitamento de laços da China com alguns Estados da costa ocidental africana, que não detêm os meios e condições suficientes para assegurar as linhas de comunicação marítimas, especialmente na área do Golfo da Guiné, podem ensejar ações de presença militar chinesa no Atlântico Sul. Essa argumentação fundamenta-se na necessidade de se garantir o acesso seguro ao petróleo proveniente do Atlântico Sul. Relembra-se que o petróleo do Atlântico Sul é vital para a manutenção da estabilidade político-econômica chinesa, visto que, conforme apontado na TAB. 1, essa região responde por cerca de um quarto do petróleo consumido na China. Na outra margem do Atlântico Sul, a China empreenderia junto ao Brasil uma série ações político-diplomáticas com vistas ao estabelecimento de uma parceria no setor energético. Foi com o Brasil, em 2010, que a China estabeleceu a primeira “parceria estratégica de longo prazo e benefício mútuo”, que viria a ter seu status elevado, em 2012, ao patamar de “Parceria Estratégica Global”. Nesse contexto, como estímulo à promoção do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, assinado entre China e Brasil, foi assinado entre os dois Estado outro acordo inter-estatal – o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (FERNANDES, 2014, p. 153-157).

Cabe registrar que esses dois Estados, em maio de 2015, assinaram um pacote de 35 acordos de cooperação em oito áreas, que envolveram recursos totalizando a monta de US\$ 53 bilhões, dentre essas áreas o setor de energia receberá parcela significativa. Além disso, durante a 4ª reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, em junho desse ano, foi anunciada a criação de um fundo de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva, com previsão de US\$ 20 bilhões de dólares, entre esses dois Estados.

Assim, resta confirmada a “penetração” da China, também, no CRS Sul-Americano, que, até pouco tempo atrás, era zona exclusiva de influência dos EUA, desde a propalada Doutrina Monroe.

Em jeito de conclusão, diríamos que o futuro da América do Sul é aquele que, no sentido geopolítico, é aberto à multipolaridade, portanto, crítico das estruturas hegemônicas de poder dos países centrais, notadamente, EUA e China.

Urge, pois, conceber um constitucionalismo estratégico sul-americano, cujo papel é muito mais amplo do que na própria via interna, ou seja, um espectro epistêmico que projeta a ação estratégica do Estado para além das fronteiras

nacionais para adentrar num cenário internacional dinâmico, competitivo e complexo. A bem da verdade histórica, desde a Doutrina Monroe, em 1823, os Estados Unidos da América vêm exercendo o controle hegemônico do cenário sul-americano.

O Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para romper com tal predominância cêntrica norte-americana e assim traçar um futuro autônomo para o mundo sul-americano. Nesse sentido, a inserção internacional brasileira deve ser feita a partir de múltiplas frentes de cooperação internacional, ou seja, BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), acordo MERCOSUL com a União Europeia, ASPA (América do Sul – Países Árabes), ASA (América do Sul – África) e muitas outras iniciativas. Urge, portanto, ao estrategista pátrio conceber uma estratégia conjunta para a região, com latitude científico-estratégica suficiente para não mais ficar na dependência norte-americana ou de qualquer outra potência global.

3.4 A Postura Brasileira Frente Às Ações Empreendidas Em Seu Entorno Estratégico

A adoção de uma postura assertiva, ainda que calcada em políticas cooperativas nas relações com os Estados sul-americanos “vizinhos”, frente às propostas de integração do subcontinente sul-americano elevou o Brasil à posição de líder regional. Desde a constituição do Mercosul (1991) até a institucionalização do binômio UNASUL/CDS (2008), o Estado brasileiro empenhou-se em superar desconfianças mútuas junto aos demais componentes do CRS Sul-Americano, e ao fortalecimento de uma identidade sul-americana.

Nesse sentido, Amorim (2013) reiterou a necessidade de construção de sólidas medidas de confiança mútua pelas organizações regionais:

A formação dos novos polos está intimamente associada à criação de blocos regionais. A União Europeia é o exemplo mais visível dessa tendência. À sua maneira, China e Estados Unidos são blocos em si mesmos. E, ao integrar-se em torno da UNASUL, a América do Sul procura seguir o mesmo caminho. A organização de grandes blocos importa uma mitigação importante da lógica do equilíbrio de poder, de vez que rivalidades antigas e arraigadas são superadas por sólidas medidas de construção de confiança. (AMORIM, 2013, p.7-8).

A atualização da versão da PDN-1996, com a publicação de uma nova PDN em 2005, assim como a atualização desta última em 2012, a partir de então chamada de Política Nacional de Defesa, retomou as preocupações e aspirações ante a face marítima brasileira, realçou o entorno estratégico, e explicitou a necessidade de

se aprofundarem os laços de cooperação com os países do subcontinente sul-americano.

A Doutrina Militar de Defesa (DMD), publicada em 2007, procurou prover entendimentos comuns às FFAA, com vistas a aperfeiçoar o emprego conjunto, e estabeleceu cenários de crise e/ou conflito em que, eventualmente, as FFAA seriam empregadas, sempre alinhada com a PDN. Em 2008, ocorreu a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) – atualizada em 2012 – que, pautada no trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, orienta todo o rumo estratégico que as FFAA devem seguir, coadunados com a política e com os interesses nacionais. Relewa registrar que coube a END determinar a elaboração do Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED)¹¹, que agrega os projetos estratégicos das FFAA.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), publicado em 2012, vinha a suprir a necessidade de se deixar transparente uma sistematização dos princípios, fundamentos e objetivos da Defesa e da projeção estratégica do Brasil, ante aos demais Estados do subcontinente. O LBDN, em seu quinto capítulo, realçou a importância do PAED, aprovado no mesmo ano, e enumerou os projetos estratégicos da Marinha do Brasil. Dentre esses, destacam-se: o Programa Nuclear da Marinha, a Construção do Núcleo do Poder Naval (PROSUB, PROSUPER, PRONAE, PROANF)¹² e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)¹³.

No cenário da ampliação da cooperação Sul-Sul, sob o viés da securitização em andamento no Atlântico Sul, e apesar da dinâmica de evolução em curso do CRS Sul-Americano, o Estado brasileiro procurou estreitar os laços com seus parceiros dos CRS da costa ocidental africana. As trinta e três viagens à África pelo Chefe de Estado brasileiro realizadas, no período de 2002 a 2010, foram traduzidas por Patrício (2014, p. 135-137) como uma retomada da “Política Africanista” e por Abdenur e Souza Neto (2014, p. 217) um extraordinário reforço da cooperação Sul-Sul. Ademais, segundo Seabra (2014) no período de 2003 a 2013 foram assinados oito acordos de cooperação em defesa com Estados¹⁴ daqueles CRS e foram estabelecidas missões de apoio naval na Namíbia e em Cabo Verde, assim como a criação de inúmeras novas embaixadas naquele continente.

11 Informações acerca do PAED disponíveis no Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>.

12 PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos; PROSUPER – Programa de Obtenção de Meios de Superfície; PRONAE – Programa de Obtenção de Navios Aeródromos; e PROANF – Programa de Obtenção de Navio Anfíbio.

13 O SisGAAz, cuja implementação total está prevista para ocorrer até 2024, visa a permitir o monitoramento e controle das AJB e a proporcionar, dentre outros, os seguintes benefícios: maior segurança dentro das AJB; controle da pesquisa científica no mar; prevenção e repressão ao tráfico; e maior segurança e defesa da área do pré-sal.

14 Incluindo África do Sul (2003), Angola (2010), Guiné-Bissau (2006), Guiné-Equatorial (2010), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010) e Senegal (2010).

Cabe registrar a existência da ZOPACAS, que congrega, atualmente, 24 (vinte e quatro) Estados situados nas margens sul-americana e africana do Atlântico Sul. O Estado brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação em coordenação com o Departamento de Organismos Internacionais do MRE, está envidando esforços para revitalizar a ZOPACAS e dotá-la de caráter mais operacional e efetivo. A revitalização da ZOPACAS em curso, a partir do impulso da reunião conduzida em 2007 em Luanda e da Mesa Redonda de Brasília (2010), culminou na Declaração de Montevideu (2013), onde estiveram presentes os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil.

Diante dessa revitalização, durante a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, realizada em janeiro de 2013 em Montevideu, o Ministro da Defesa brasileiro Celso Amorim declarou ser, no mundo atual, “muito difícil dizer exatamente onde, como e quais serão as intervenções externas dos conflitos que poderão surgir” e que “esses fatos tornam ainda mais importante e vital a manutenção da nossa zona de paz e cooperação” (BRASIL, 2013d).

Dessa forma, esse organismo, pautado na cooperação e “não-militarização da área por países estranhos a ela”¹⁵, reforça-se enquanto fórum precípua à concertação político-diplomática pertinentes à segurança e defesa no Atlântico Sul (LEITE, 2011; PENHA, 2011; SEABRA, 2014). Penha (2011, p. 193) vai além, ao afirmar que a ZOPACAS também poderá ser útil ao processo de integração das duas margens do Atlântico Sul.

Outro grupo que se destaca nesse cenário, em que a diplomacia brasileira presta especial atenção, é formado pelos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) – chamados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (acrônimo PALOP), todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹⁶. Essa organização utilizou-se dos vínculos comuns (língua e traços culturais), desenvolveu-se, e ampliou seu campo de abordagem para servir, também, como instrumento de concertação político-diplomática e cooperação de seus membros (JORGE, 2011).

Ressalve-se que Ribeiro (2012, *apud* Patrício, 2014, p. 145) entende que seria a CPLP o órgão indicado a se tornar um “fórum privilegiado para o debate das questões de segurança e defesa no Atlântico Sul” e não a ZOPACAS. Entretanto, existem questões divergentes entre Brasil e Portugal quanto à visão geopolítica do Atlântico Sul. Apesar de Portugal desenvolver uma política de cooperação naval com os Palops, aquele Estado é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e diverge do Brasil quanto à atuação da própria OTAN no Atlântico Sul.

15 Extraído do item 11 da Resolução nº 41/11 de 1986 da ONU, em que não-militarização se refere “especificamente às atividades relacionadas às questões e interesses internacionais alheios aos da região”.

16 A CPLP foi intitucionalizada em 1996, fruto de um vínculo linguístico e cultural existente entre o Brasil, Portugal a África lusófona, e ainda, o Timor Leste.

O Brasil desempenha papel ativo nesses organismos (ZOPACAS, CPLP e Palops), não limitando a articulação de sua política externa a apenas eles. Diante da multilateralidade dos diversos acordos e parcerias estabelecidas, do qual o Brasil é membro integrante, na perspectiva da cooperação Sul-Sul, há que se mencionar o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)¹⁷, a Cúpula América do Sul-África (ASA)¹⁸, e os BRICS¹⁹.

Todo esse processo de intensificação de iniciativas multilaterais transregionais, institucionalização de plataformas regionais que integram, em parte ou a totalidade, dos membros dos CRS Africanos juntamente com os de interesses dos Estados sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul, dentre os quais o Brasil, indicam uma certa e gradual, propagação de uma “identidade sul-atlântica”²⁰.

Alinhado à propagação dessa “identidade sul-atlântica”, o Ministro Celso Amorim, na aula magna da Escola Superior de Guerra, ocorrida em março de 2012, declarou que:

O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e pelo Atlântico Sul, chegando à costa ocidental da África. Devemos construir com essas regiões um verdadeiro “cinturão de boa vontade”, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento (AMORIM, 2012).

É necessário, portanto, destacar a importância deste estudo, epistemologicamente independente, que consiga desvelar a intrincada tessitura geopolítica da América do Sul, de modo a apresentar propostas de projetos genuinamente sul-americanos, sem laivos de influência ideológico-partidária. Com

17 O IBAS promove o estreitamento de laços entre esses três Estados por meio da cooperação nos setores comercial, científico e tecnológico, e do intercâmbio em matéria de defesa marítima. A criação de um eixo de ligação, materializado na presença de empresas de defesa brasileiras na África do Sul e na Índia, entre o Brasil e a África Austral, ultrapassando o Atlântico Sul, com a ligação à Índia, confirma esse estreitamento de laços (PATRÍCIO, 2014, p. 145).

18 A Cúpula América do Sul-África foi lançada formalmente pela Declaração de Abuja, em 2006, compreende 54 países africanos e doze latino-americanos, incluindo quase todos ao longo do Atlântico Sul (ABDNEUR e SOUZA NETO, 2014).

19 Grupo de países compostos por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que embora não possuam um projeto de cooperação na área de segurança e defesa, há a discussão destes temas nas cúpulas anuais do agrupamento.

20 Termo utilizado pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Interministerial da ZOPACAS, realizada em 15 de janeiro de 2013, Montevidéu. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outrascomunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-ecooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriotamontevidéu-15-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em 17 jul. 2015.

a devida agudeza de espírito, é preciso compreender que a posição geopolítica da região é favorável à formação de Complexos Regionais de Segurança.

Entende-se que a questão geopolítica não pode ser influenciada pela questão ideológica. Portanto, o que importa é compreender o jogo geopolítico e engendrar modelos próprios de desenvolvimento, sem subordinação externa. Aliás, é nesse diapasão que se destaca a relevância do exame das relações Brasil-Estados Unidos-China e suas respectivas vinculações ao Mercosul, ao Pacto Andino, ao Arco Amazônico e à Aliança para o Pacífico. O Brasil e os demais países sul-americanos são atores centrais na busca de uma identidade geopolítica comum para a América do Sul. Os desafios são grandiosos, porém, com inteligência e perspicácia, é possível conceber e encontrar caminhos comuns de desenvolvimento econômico e social para toda a região.

Observa-se aqui a dicotomia das dualidades realista e idealista da teoria das relações internacionais, ou seja, a geopolítica de poder de Estados hegemônicos (aplicando a perspectiva maquiavélico-hobbesiana) faz uso do discurso idealista (usando a perspectiva kantiano-wilsoniana para encobrir interesses geopolíticos obscuros). É por esse motivo que não se pode abrir mão da transdisciplinaridade como outra forma de pensar os problemas geopolíticos contemporâneos da América do Sul. Somente a visão transdisciplinar é capaz de fazer a religação de saberes compartimentados e, assim, criar condições para a superação de um processo míope de atomização epistemológica. Isto significa dizer que é preciso galgar patamar mais elevado para compreender as relações entre geopolítica, relações internacionais, direito, economia, sociologia e outros fluxos epistemológicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do Século XXI se apresenta para o Atlântico Sul, como um tsunami de ações político-diplomáticas e militares encetadas por seus principais atores, internos ou extrarregionais.

As descobertas de novas jazidas de petróleo *offshore* no Atlântico Sul geram reflexos na geopolítica mundial do petróleo, e deslocam o interesse das grandes potências para esse oceano. A região do Atlântico Sul, somadas as reservas da América do Sul e da África Ocidental Subsaariana, detém aproximadamente 23% das reservas mundiais de petróleo. O “Novo Petróleo Marítimo” traz alento frente à crise petro-energética global em curso, impulsionada pelo crescimento de potências emergentes, principalmente China e Índia.

A produção de petróleo do Atlântico Sul que, hoje, corresponde a 14% do total mundial, pode aumentar com a crescente exploração dessas jazidas recém descobertas, já que se localiza em região livre de grandes conflitos como o Oriente Médio. O aumento dessa produção pode vir a diminuir a volatilidade do mercado mundial de petróleo e contribuir para que ocorra uma futura transição da matriz energética global de forma mais suave.

Porém, na história da humanidade, nada indica que os momentos de transição serão pacíficos. Assim, os países lindeiros ao Atlântico Sul procuraram, desde o início deste século, elevar o *locus* da discussão acerca da segurança no setor energético, e da própria segurança e defesa nacionais. Esse processo de securitização resultou no estabelecimento e fortalecimento de organismos intra-regionais e inter-regionais nos CRS América do Sul, CRS África Austral e Proto-CRS África Ocidental. A CPLP, o Palops, a Cúpula ASA, o fórum IBAS, e a ZOPACAS, que integram, em menor ou maior grau, as unidades membros desses CRS receberam atenção de destaque das diversas diplomacias de seus Estados membros.

A conjunção de fatores como a entrada e maturação da produção em novos campos *offshore*, a localização das maiores reservas petrolíferas e zonas produtoras em áreas marítimas próximas ao continente, pode tornar o Atlântico Sul suscetível a disputas. Os membros dos CRS Sul-Americano, CRS África Austral, e Proto-CRS África Ocidental devem evitar que as grandes potências perpetuem mecanismos de “penetração” e “sobreposição” sobre seus espaços regionais.

O Brasil, líder regional do CRS Sul-Americano e potência mundial emergente, pode, por meio de medidas de confiança mútua, envidar esforços no fortalecimento e disseminação da identidade sul-americana, visando elevar o status desse CRS a uma “comunidade de segurança”. Paralelamente, estimular, junto com Argentina e Uruguai, a promoção e estabelecimento da identidade sul-atlântica na ZOPACAS, pautada nas características principais desse organismo – Manutenção de uma Zona de Paz e Cooperação, não militarizada e livre de armas nucleares. No contexto de promoção da identidade sul-atlântica, cabe, também, ao Brasil solidificar essa identidade junto aos países do Palops, membros da ZOPACAS.

A evolução do CRS Sul-Americano a uma “comunidade de segurança”, somada à promoção de uma “*Identidade Sul-Atlântica*”, fundamentaria o projeto de criação de um grande “CRS Sul-Atlântico”. A partir da “transformação externa” prevista na teoria dos CRS, aventar-se-ia a expansão das fronteiras do CRS Sul-Americano. Tomando-se o Atlântico Sul como um “grande rio” que interliga suas duas margens, para o caso em pauta, as fronteiras do CRS Sul-Americano expandir-se-iam e ocorreria a fusão com os demais CRS, primeiramente com o CRS África Austral, e, em um segundo momento, com o CRS África Ocidental. No entanto, é pré-requisito, para essa extrapolação, o atingimento de “comunidades de segurança” nos CRS, individualmente.

Constatou-se, também, que os EUA e a China são atores com vasto interesse no Atlântico Sul, e juntos consomem perto de metade de todo o petróleo produzido nessa região. Todavia, a utilização da fundamentação teórica da Escola de Copenhague não foi suficiente para a identificação e individualização de todos os atores extra-regionais no entorno estratégico brasileiro. A presença da China no Atlântico Sul exerce influência direta em uma zona que, anteriormente, era uma zona de influência exclusiva dos EUA e seus parceiros europeus. No CRS Sul-

Americano, essa zona de influência estadunidense era explicitada por políticas dos EUA, traduzidas na própria “Doutrina Monroe”. A criação do AFRICOM e a reativação da 4ª Esquadra dos EUA, em algum grau, têm por objetivo reequilibrar a presença estadunidense em uma região tão vital como o Atlântico Sul.

Ademais, mesmo que se confirmem as previsões de que os EUA se tornem autossuficientes e exportadores líquidos de petróleo na próxima década, o que, como observado, dependerá de conjunturas econômicas favoráveis à exploração dos óleos não convencionais, esse Estado manterá o interesse pelo controle marítimo do Atlântico Sul. Nesse cenário, interessará aos EUA manter seguro o tráfego marítimo de petróleo das suas exportações/importações, e permanecerá a necessidade de se contrapor, pela presença, à China, cada vez mais atuantes no Atlântico Sul.

A mudança dos fluxos comerciais de petróleo desenhou-se no início deste século, dado o aumento da demanda dos países do bloco asiático petrodependentes. Os EUA e a China diversificaram as fontes de fornecimento, deslocando-as para os produtores do Atlântico Sul. No cenário prospectivo em que os EUA alcançam sua autossuficiência, as potências emergentes, principalmente a China, seguidos dos demais países da região da Ásia Petrodependente posicionam-se como novos competidores frente aos países da Europa Petrodependente, e é pelo “Novo Petróleo Marítimo” que vão competir.

O Atlântico Sul ganhou mais relevância no início do Século XXI, em função não só da descoberta de novas jazidas, mas também pelo elevado crescimento da demanda por petróleo. Os EUA e, principalmente, os Estados da Ásia Petrodependentes alteraram os fluxos marítimos de petróleo, ao adotarem a estratégia de diversificação de fontes de fornecedores externos. Os novos fornecedores se localizam no Atlântico Sul, em Estados da costa atlântica africana – Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, e na costa atlântica da América do Sul – Brasil.

Independentemente das previsões quanto à autossuficiência dos EUA, é certo ser no Atlântico Sul que: será produzido considerável parcela do petróleo mundial, transitará crescente volume de petróleo importado pelas grandes potências mundiais, e é onde se estabelecem grandes empresas, estatais e/ou privadas, do setor de óleo e gás. A segurança energética das grandes potências reside, em grande parte, no controle da produção de petróleo e na manutenção da segurança marítima no Atlântico Sul.

É tempo de concluir o presente trabalho acadêmico, destacando que essa realidade geopolítica vinculante com os centros mundiais de poder no campo da exploração/produção de petróleo no Atlântico Sul, não pressupõe estratégia de subserviência. Ao revés, cumpre ao estrategista pátrio repensar, com acuidade intelectual, o caminho a seguir dentro desse quadro de rivalidade entre grandes atores da ordem mundial. Isso não significa dizer abandonar relações estratégicas com o núcleo wallersteiniano do sistema mundial, notadamente os EUA e China,

enquanto centros de acumulação do capitalismo contemporâneo. Ao contrário, o que se preconiza é uma postura autônoma capaz de conciliar interesses geopolíticos num processo de co-criação da liberalização dos mercados internacionais, aí incluídos a questão energética mundial.

Ou seja, dentro da concepção de Wallerstein do sistema de mundo moderno, o estrategista brasileiro não pode descurar da chamada semiperiferia, notadamente com a frente sul-sul que envolve o IBAS, acordo multilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, bem como a ASPA, integração MERCOSUL – Mundo árabe-islâmico. A frente sul-sul pode abrir amplas perspectivas de integração trilateral envolvendo os países do MERCOSUL, da África do Sul e da Índia, formando-se, portanto, uma grande zona de livre-comércio no hemisfério sul.

A geopolítica do Atlântico Sul, que engloba não só a projeção brasileira sobre o continente africano, mas, também a oceanopolítica, voltada para a exploração dos recursos do mar, aí logicamente incluídas as reservas do pré-sal brasileiro, torna-se central para o desenvolvimento do País.

Em conclusão, a geopolítica brasileira do século XXI deve ser firme e cooperativa, sem viés ideológico. Nesse sentido, manter posição firme e de cooperação não significa dizer subserviência ao núcleo central do poder mundial. Com efeito, não há outro caminho a trilhar a não ser o da busca pela multipolaridade, procurando criar o interespaço geopolítico das frentes sul-sul, aí incluídos o Atlântico Sul e a própria América do Sul.

Em tempos de pós-modernidade, vive-se a angústia da Era Trump e, na sua esteira, os desafios do “*America First*”, paradigma de relações internacionais que se projetará sobre todos os demais Estados do sistema mundial. Vive-se, com força máxima a Era dos gigantes (Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães), não sendo conveniente embarcar na onda da desconstrução do *Welfare State* e do conceito de soberania do Estado nacional.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de Souza. *O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África*. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. p. 215-238. Brasília: IPEA, 2014.

AMORIM, Celso. *A Política Externa de um País pacífico*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. Aula Magna realizada na Escola Superior de Guerra para os Cursos de Altos Estudos Militares em 09 de março de 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes03/aula_magna.pdf>. Acesso em 04 jul. 2015.

_____. *Aula Magna do Ministro de Estado da Defesa no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense*. Tema: Robustecendo o Poder Brando, p. 1-28. Niterói, 27 mai. 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/robustecendo_poder_brando_uff_27maio2013.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos*. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015

_____. *A desordem mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BASTIN, Cristina; MACHADO, Giovani; SZKLO, Alexandre Salem; ROSA, Luiz Pinguelli. *A Demanda de Petróleo na China: evolução do setor de petróleo e incertezas críticas*. In SZKLO, Alexandre; MAGRINI, Alessandra. *Textos de discussão em geopolítica e gestão ambiental do petróleo*. (Org.) p. 307-323. Rio de Janeiro: Livraria Interciência: UFRJ: FAPERJ, 2008.

BENY, Eduardo. *A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Novo Imbodeiro, 2007.

BERTONHA, João Fábio. *Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento: A primeira década do Século XXI na América Latina e no Mundo*. Maringá: Eduem, 2011.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa*. (2013a). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.gov.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013. *Aprova o Livro Branco de Defesa Nacional*. (2013b). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.gov.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BRITISH PETROLEUM. *BP Statistical Review of World Energy 2015a*.

_____. *BP Energy Outlook 2035 Booklet, 2015b.*

BRITISH PETROLEUM. (2015c). BP Magazine. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/press/bp-magazine/conversations/six-remarkable-energy-facts-from-2014.html>>. Acesso em 20jul. 2015.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CAN; COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES. *Declaración de Cochabamba. Item 3: Premisas para la construcción de la integración sudamericana*. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/declaracion_cochabamba.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

EIA-DOE. *U.S. Imports by Country of Origin - Annual-Thousands Barrel per Day*. U.S. Energy Information Administration's (EIA), Office of Energy Statistics U.S., Department of Energy (DoE). Julho 2015. Disponível em: <http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbbldpd_a.htm>. Acesso em: 24 jul. 2015.

EFFERINK, Leonard van. *The Definition of Geopolitics: The Classical, French and Critical Traditions*. 2009. Disponível em: <http://www.exploringgeopolitics.org/publication_efferink_van_leonhardt_the_definition_of_geopolitics_classical_french_critical/>. Acesso em: 07 jul. 2015.

ERAS, Rubens. *Brasil: a Potência do Petróleo Marítimo. Nação e defesa*, nº 138, p. 151-175. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014.

FERNANDES, Carla. *A China e o Brasil: Parceiros Estratégicos na Energia. Nação e defesa*, nº 138, p. 151-175. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014.

GÓES, Guilherme Sandoval. MASSERA, Héctor Villagra. *Brasil e Chile: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da ESG, 2015.

JORGE, Nedilson Ricardo. *O Brasil e a Comunidade Lusófona na África: Relações Atuais e Perspectivas de Aprofundamento*. In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. p. 117-126. Brasília: IPEA, 2011.

LEITE, Carlos Roberto. *O Atlântico Sul como um Espaço Econômico: Recursos Naturais e Aproveitamento da Zona Econômica Exclusiva*. In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. p. 127-138. Brasília: IPEA, 2011.

MACKINDER, Sir Halford John. *The Geographical Pivot of History*. In *Geographical Journal*. Royal Geographical Society London, April 1904, vol. XXIII p. 436.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783*. 12ª ed. Boston Little, Brown and Company: 1890.

MEDEIROS FILHO, Oscar. *Breve Panorama de Segurança na América do Sul*. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. p. 21-42. Brasília: IPEA, 2014.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana*. 2007. 191 f. Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

_____. *Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética*. 2012. 400 f. Tese. Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte. Strategic Concept 2010. Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

PATRÍCIO, Raquel de Caria. Brasil: *Política Externa e Geopolítica do Pré-Sal*. Nação e defesa, nº 138, p. 130-150. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador:

EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. *Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no início do Século XXI*. Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, Editorial 2013. Brasília: Estado Maior do Exército, 2013. Disponível em: <http://www.eme.eb.mil.br/ceeex/public/arquivos/nep2012/2013/07.Artigo_Pio_Penna_T3.pdf> Acesso em: 16 jun. 2015.

PORTAL BRASIL. *Novas reservas estão em estágio inicial de exploração*: Estimativas para o Pré-sal brasileiro variam de 70 a 100 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Portal Brasil do Governo Brasileiro. 2011 Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/novas-reservas-estao-em-estagio-inicial-de-exploracao>> Acesso em: 15 jul. 2015.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. *A defesa hemisférica em crise: uma geopolítica do Atlântico*. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *et. al.* (Org.). *Atlântico: a história de um oceano*. p. 493-521. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Atlântico Sul: Um Desafio para o Século XXI – As Velhas e Ameaças se Perpetuam nas “Novas”?*. In: Acioly, Luciana; Moraes, Rodrigo Fracalossi (Org.). *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. p. 61-81. Brasília: IPEA, 2011.

REYES, Marcelo Javier de los. *O Atlântico Sul: seu passado recente, cooperação e perspectivas de potenciais conflitos*. In: Gonçalves, Jonuel (Org.). *Atlântico Sul XXI: Váfrica Austral e América do Sul na virada do milênio*. p. 17-41. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUNEB, 2009.

SEABRA, Pedro. *Política de Defesa, Política Externa e Grande Estratégia do Brasil*. In: Nação e defesa, nº 138, p. 45-62. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. *A Geopolítica do Petróleo*. Lisboa, Instituto Piaget, 2006.

SCHILING, Voltaire. *Estados Unidos X América Latina: as etapas da dominação*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. *O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa*. In: Nasser, Reginaldo Mattar; Moraes, Rodrigo Fracalossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. p. 199-

213. Brasília: IPEA, 2014.

SIMIONI, Alexandre Arthur Cavalcanti. *A Projeção Anfíbia e o combate às novas ameaças no Atlântico Sul*. *Revista Âncoras e Fuzis*, nº 45, p. 24-32. Rio de Janeiro: CDDCFN, 2014.

SZKLO, Alexandre Salem; MACHADO, Giovani; SHAEFFER, Roberto. *Perspectivas de Produção de Petróleo no Brasil nas Próximas Décadas: Simulação de Cenários a partir de um Modelo de Hubert*. In: *Seminário Rio Oil & Gas*, Rio de Janeiro, 2006.

Recebido em: 14 dez. 2016

Aceito em: 22 abr. 2017